

## **REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA IDOSA DE PILAR DO SUL/SP**

O Conselho Municipal da Pessoa Idosa – CMPI, por deliberação de seus membros, formula o seu Regimento Interno, na forma do disposto da Lei Municipal nº 1931/2003, previsto na Lei Federal 8842/94 consoante as seguintes disposições:

### **CAPÍTULO I - NATUREZA E FINALIDADE**

**Artigo 1º** – O Conselho Municipal da Pessoa Idosa, criado pela Lei Municipal nº 1931 de julho de 2003, com sede e foro no Município de Pilar do Sul – SP, é um órgão colegiado de caráter público, vinculado a Secretaria de Desenvolvimento e Integração Social, sem fins lucrativos, credo político ou religioso, com prazo indeterminado de duração, que se regerá por este Regimento e por resoluções do Conselho Pleno.

**Parágrafo Único** - São equivalentes, para fins deste Regimento Interno, as expressões Conselho Municipal da Pessoa Idosa - CMPI e Conselho.

**Artigo 2º** - O CMPI, órgão permanente e paritário de caráter consultivo, deliberativo, normativo, controlador, fiscalizador, consultivo e avaliativo da política de defesa dos direitos da pessoa idosa, tem por finalidade congregar e conjugar esforços dos órgãos públicos, entidades privadas e grupos organizados, que tenham em seus objetivos o atendimento de pessoas idosas, estabelecendo as diretrizes e a definição da Política Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa no Município de Pilar do Sul, Estado de São Paulo, vinculado à Secretaria de Assistência Social.

### **CAPÍTULO II - DAS COMPETÊNCIAS**

**Artigo 3º** - Compete ao CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA IDOSA – CMPI de Pilar do Sul/SP:

- I. Formular, analisar, aprovar, deliberar, acompanhar e fiscalizar a Política Municipal da pessoa idosa, em consonância com a Política Estadual e Federal, cumprindo e zelando pela sua execução;
- II. Formular diretrizes conforme a Lei Federal nº 8.842/94 e Lei Federal n. 10.741/2003 para o desenvolvimento de ações de promoção e proteção à pessoa idosa deste Município, estabelecendo prioridades de atuação e definindo a aplicação dos recursos públicos federais, estaduais e municipais destinados à política municipal da pessoa idosa em suas diversas áreas;

- III. Estabelecer critérios para a inscrição das entidades prestadoras de serviço na área do idoso, conforme a Lei Federal n. 10.741, de 1º de outubro de 2003, art. 48, parágrafo único, atuantes no Município, mantendo o cadastro dessas entidades atualizados, bem como, fiscalizá-las no atendimento à pessoa idosa, conforme art. 52 da Lei citada;
- IV. Supervisionar a execução da Política Municipal Da Pessoa Idosa, visando a qualidade, a participação e o acesso da pessoa idosa na prestação deste serviço;
- V. Estimular estudos, debates e pesquisas, realização de eventos, objetivando prestigiar, valorizar e promover a proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa;
- VI. Propor medidas que visem garantir, ampliar e aperfeiçoar a legislação pertinente à Política Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, eliminando toda e qualquer forma de discriminação, e subsidiar a elaboração de leis atinentes aos interesses da pessoa idosa em todos os níveis;
- VII. Estimular a criação de formas alternativas de atendimento não asilar que visem à promoção e a integração da pessoa idosa na família e na sociedade;
- VIII. Estabelecer a forma de participação em regime Institucional de Longa Permanência para Idoso (ILPI), filantrópica ou casa-lar, cuja cobrança é facultada, não podendo exceder a 70% (setenta por cento) de qualquer benefício previdenciário ou de assistência social recebido pelo idoso;
- IX. Acompanhar o Plano Plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias, a proposta orçamentária anual e demais propostas, assim como a sua elaboração, avaliar os instrumentos de planejamento orçamentário com suas eventuais alterações, solicitar as modificações necessárias à consecução da política municipal da pessoa idosa, bem como analisar e fiscalizar a aplicação de recursos relativos à competência deste Conselho;
- X. Deliberar sobre a movimentação de recursos financeiros do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, indicando prioridades para a destinação dos valores depositados, apreciando e aprovando projetos ou programas das entidades governamentais ou não governamentais de apoio à pessoa idosa;
- XI. Zelar pela efetiva descentralização político-administrativa e pela participação de organizações representativas dos idosos na implementação de política, planos, programas e projetos de atendimento à pessoa idosa;
- XII. Convocar a Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social;
- XIII. Elaborar, aprovar e alterar o Regimento Interno deste Conselho;
- XIV. Deliberar e propor ao órgão executivo a capacitação de seus conselheiros;
- XV. Exercer a fiscalização das entidades governamentais e não-governamentais de atendimento à pessoa idosa, conforme o disposto nos artigos 52 a 55 da Lei nº. 10.741/03;
- XVI. Receber petições, denúncias, reclamações, representações ou notícias de qualquer pessoa, por desrespeito aos direitos assegurados a pessoa idosa, através da Comissão Temática de Protocolos e Denúncias, a ser criada e regulamentada por este Conselho;
- XVII. Articular com todas as políticas a integração entre os Conselhos Municipais e outras instâncias existentes para a priorização e efetivação de serviços, programas e ações conjuntas que visem a melhoria da qualidade de vida da pessoa idosa.

### **CAPÍTULO III - DA ORGANIZAÇÃO DO CMPI**



**Artigo 4º** – O Conselho Municipal da Pessoa Idosa de Pilar do Sul/SP, será composto por 10 (dez) membros titulares e respectivos suplentes de forma paritária, Conforme Lei n. 2663/2011, sendo:

I - 05 (cinco) representantes titulares com respectivos suplentes de organizações não governamentais de âmbito municipal diretamente ligadas à defesa ou ao atendimento ao idoso, legalmente constituídas e em funcionamento há mais de 02 (dois) anos, eleitos na Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, a saber:

- a) 01 titular e 01 suplente do Segmento Religioso;
- b) 01 titular e 01 suplente do Segmento Terceira Idade;
- c) 01 titular e 01 suplente do Segmento de Instituição Asilar;
- d) 01 titular e 01 suplente do Segmento Cultural e Desportivo de Pilar do Sul;
- e) 01 titular e 01 suplente Ordem dos Advogados do Brasil.

II – 05 (cinco) representantes titulares com respectivos suplentes do Poder Público nomeados pelo Prefeito do Município, a saber:

- a) 01 titular e 01 suplente da Secretaria de Gabinete, Segurança Pública e Trânsito;
- b) 01 titular e 01 suplente da Secretaria de Desenvolvimento e Integração Social;
- c) 01 titular e 01 suplente da Secretaria Municipal de Educação;
- d) 01 titular e 01 suplente da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar;
- e) 01 titular e 01 suplente Secretaria de Esporte Juventude e Lazer e Juventude.

**Parágrafo Único** – O período de 02 (dois) anos do mandato será contado a partir da posse dos Conselheiros.

**Artigo 5º** - Somente será admitida a participação no CMPI entidades juridicamente constituídas, em regular funcionamento há mais de 02 (dois) anos e inscrita no CMPI.

**Artigo 6º** - Quando, na sociedade civil, houver uma única entidade habilitada de uma categoria, admitir-se-á, provisória e excepcionalmente, enquanto novas entidades não surjam, que o CMPI preencha as vagas de suplência com representantes da mesma entidade.

**Artigo 7º** – Nos casos de extinção de entidades representadas, de desistência ou perda de seu direito de representação, caberá ao Conselho, em reunião deliberar por maioria absoluta dos seus membros, outra que a substitua.

**Artigo 8º** – Cada membro poderá representar somente um órgão ou entidade.

**Artigo 9º** – As funções dos membros do CMPI não serão remuneradas, sendo seu desempenho considerado como relevante serviço público prestado ao Município.

**Parágrafo Único** - A cobertura e o provimento das despesas referentes com transporte, estadia e alimentação, quando fora do Município, não serão consideradas como remuneração.

**Artigo 10** - Para fins de organização o CMPI compõe-se de:

- I. Diretoria Executiva composta por 01 (um) Presidente, 01 (um) Vice-Presidente e 02 (dois) Secretários, respectivamente 1º e 2º;
- II.** Secretária Executiva, indicada pelo órgão ou Secretaria que o Conselho esteja vinculado;
- III. Comissões Temáticas, constituídas pelos membros do Conselho, eleitas por maioria absoluta;
- IV. Plenário.

**Artigo 11** - Os membros da Diretoria Executiva serão eleitos em votação para um mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos por um mandato de igual período.

**Parágrafo Único** - A Diretoria Executiva será assistida pela Secretária Executiva.

## **SEÇÃO I – DA PRESIDÊNCIA**

**Artigo 12** – À Presidência, visando o desenvolvimento do CMPI, compete estimular a mais ampla participação das instituições e entidades municipais, assim como dos movimentos comunitários organizados e representações das instituições federais e estaduais existentes no município, dispostas a cooperar com o esforço municipal.

**Artigo 13** - São atribuições do Presidente:

- I. Representar judicialmente e extrajudicial o Conselho, podendo constituir procurador com poderes específicos;
- II. Convocar e presidir as reuniões ordinárias ou extraordinárias do CMPI;
- III. Assinar a correspondência oficial e os atos administrativos em nome do CMPI;
- IV. Dirigir e coordenar as atividades do CMPI determinando as providências necessárias ao seu pleno funcionamento;
- V. Manter os demais membros do CMPI informados de todas as medidas administrativas decididas e em andamento;
- VI. Assinar as deliberações do CMPI;
- VII. Cumprir e fazer cumprir este Regimento e as Deliberações do CMPI;
- VIII. Estabelecer a Ordem do Dia e fixar a duração das reuniões;
- IX. Instalar as Comissões Temáticas constituídas pelo CMPI;
- X. Emitir votos de desempate;
- XI. Encaminhar propostas e matérias a serem submetidas à apreciação do CMPI;
- XII. Decidir acerca da pertinência e relevância da participação do CMPI em eventos para os quais é convidado;
- XIII. Oficializar convites aos representantes de outros conselhos, órgãos, entidade ou organizações para participarem das reuniões do CMPI;
- XIV. Outras atribuições definidas em lei ou que lhe forem autorizadas pelo CMI.

**Artigo 14** - O mandato de Presidente será considerado completo, se cumprido em sua integridade.



**Artigo 15** - Caberá ao Presidente, cujo mandato se findar ou ao seu substituto legal, proceder à eleição para renovação da Diretoria Executiva, com 30 (trinta) dias de antecedência antes do seu término.

**Artigo 16** - Na hipótese de vacância do Presidente, este será substituído imediatamente pelo seu vice. Na hipótese de vacância de seu vice, far-se-à nova votação, por maioria absoluta, na primeira reunião ordinária após o fato, para cumprimento do mandato.

**Artigo 17** - No que tange à Presidência e à Vice-Presidência, a cada dois (02) anos, haverá uma alternância entre o poder público e a sociedade civil organizada, facultada uma única recondução consecutiva.

## **SEÇÃO II – DO VICE-PRESIDENTE**

**Artigo 18** - São atribuições do Vice-Presidente:

- I. Auxiliar o Presidente no desempenho de suas funções;
- II. Substituir o Presidente nas suas ausências ou impedimentos temporários;
- III. Comparecer nas reuniões do CMPI;
- IV. Desempenhar as atribuições que lhe forem delegadas pelo Presidente.

## **SEÇÃO III – DO 1º E 2º SECRETÁRIO**

**Artigo 19** - São atribuições do Secretário:

- I. Secretariar as reuniões em conjunto;
- II. Exercer outras funções correlatas que lhe sejam atribuídas pelo Presidente ou pelo Plenário.

## **SEÇÃO IV – DA SECRETÁRIA EXECUTIVA**

**Artigo 20** - São atribuições da Secretária Executiva:

- I. Redigir e lavrar as atas das reuniões e submetê-las à apreciação e aprovação do CMPI;
- II. Elaborar as deliberações do CMPI e providenciar a publicação das mesmas no Órgão Oficial do Município;
- III. Manter atualizada a documentação do CMPI;
- IV. Catalogar e manter controle dos processos e documentos inativos do CMPI;
- V. Redigir e expedir correspondência do CMPI, bem como arquivar documentos;
- VI. Elaborar a pauta de reunião em conjunto com o Presidente.
- VII. Assinar em conjunto com o Presidente todas as deliberações do Conselho, encaminhando-as a quem de interesse;
- VIII. Prestar contas dos seus atos à Presidência, informando-a de todos os fatos que tenham ocorrido no CMPI;
- IX. Informar os compromissos agendados à Presidência;

- X. Manter os conselheiros informados das reuniões e da pauta a ser discutida;
- XI. Apresentar, anualmente, relatório das atividades do CMPI;
- XII. Cadastrar e registrar as entidades e organizações de acordo com as normas e critérios estabelecidos pelo CMAS e CMPI;
- XIII. Emitir relatórios a cada 06 (seis) meses das entidades cadastradas no Conselho;
- XIV. Receber, previamente, relatórios e documentos a serem apresentados na reunião, para o fim de processamento e inclusão na pauta;
- XV. Exercer outras funções correlatas que lhe sejam atribuídas pelo Presidente ou pelo Plenário.

**Artigo 21** - Após conhecidos os eleitos da nova Diretoria Executiva, a Secretária Executiva encaminhará os respectivos nomes ao Prefeito Municipal, para aprovação através de Portaria.

## SEÇÃO V – DAS COMISSÕES TEMÁTICAS

**Artigo 22** - São consideradas Comissões Temáticas:

- I. Comissão de Financiamento, Orçamento e Fundo Municipal;
- II. Comissão de Políticas Públicas e Legislativa;
- III. Comissão de Comunicação e divulgação;

**Parágrafo Primeiro** - A Comissão de Financiamento, Orçamento e Fundo Municipal tem como o objetivo analisar, acompanhar e fiscalizar a gestão de recursos do Fundo Municipal do Idoso, realizando estudos e propondo critérios ao Conselho para designação desses recursos.

**Parágrafo Segundo** - A Comissão de Políticas Públicas tem como objetivo colaborar com a normatização das ações e prestação de serviços de natureza pública e privada no campo dos direitos da pessoa idosa, fixar normas para a concessões de Certificados de Inscrição de entidades no CMPI, além de subsidiar tecnicamente o CMPI, acerca das alterações e atualizações nas políticas federais e estaduais, visando manter atualizados seus documentos

**Parágrafo Terceiro** - A Comissão de Comunicação e Divulgação tem como objetivo divulgar as informações sobre a Política Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, os serviços prestados no âmbito municipal, pautado no princípio da democratização das informações e divulgar as deliberações do CMPI, com as seguintes atribuições:

- a) Divulgar as ações do CMPI,
- b) Organizar campanhas e informar a população sobre as questões afetas à área da pessoa idosa.

**Artigo 23** - As Comissões Temáticas têm por atribuição o estudo e elaboração de Pareceres sobre assuntos específicos e pontuais, são de caráter temporário, integram a estrutura do CMPI. Serão constituídas por deliberação da sessão plenária, conforme suas necessidades.



**Parágrafo Primeiro** - Serão compostas por 05 (cinco) conselheiros escolhidos em votação específica pela plenária, independentemente de serem representantes do poder público ou da sociedade civil.

**Parágrafo Segundo** - As Comissões Temáticas terão duração indeterminada, sempre respeitando o prazo de 02 (dois) anos do mandato dos Conselheiros.

**Parágrafo Terceiro** - Os estudos desenvolvidos pelas Comissões Temáticas serão apresentados em forma de Parecer, ou Relatório e posteriormente, submetidos à apreciação do CMI, para emissão de Deliberação.

**Parágrafo Quarto** - As Comissões Temáticas, se reunirão no mínimo mensalmente ou conforme suas necessidades.

**Artigo 24** - Aos relatores das Comissões Temáticas compete:

- I. Elaborar e divulgar a pauta das reuniões de sua Comissão;
- II. Coordenar as reuniões;
- III. Assinar os registros das reuniões, pareceres, relatórios e encaminhamentos.

**Parágrafo Primeiro** – Cabe ao relator apresentar o Parecer ou Relatório ao Conselho.

## **SEÇÃO VI – DO PLENÁRIO**

**Artigo 25** - O Plenário é instância deliberativa do CMPI, constituído pelos Conselheiros titulares e será presidida pela mesa diretora e assessorada pela Secretária Executiva.

**Artigo 26** - O Plenário é composto pelos membros do Conselho presentes nas assembleias, ao qual compete acompanhar e controlar em todos os níveis as ações de sua competência.

**Artigo 27** – No contexto das atividades inerentes aos interesses do idoso, ao Plenário compete:

- I. Comparecer às reuniões;
- II. Debater e votar a matéria em discussão;
- III. Atuar no sentido de concretizar os objetivos do CMPI;
- IV. Aprovar as propostas de programas, planos, regimento interno e demais medidas a que se refere a Lei Municipal n. 1931 de 24 de julho de 2003, inerente à criação do CMPI;
- V. Apresentar questão de ordem na reunião;
- VI. Acompanhar as atividades da Secretária Executiva.

**Artigo 28**- As reuniões plenárias do CMPI serão públicas, salvo quando se tratar de matéria sujeita a sigilo, na forma de legislação pertinente, e ocorrerão mensalmente em caráter ordinário, em local previamente designado e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo seu Presidente, com no mínimo 05 (cinco) dias de antecedência.

**Parágrafo Primeiro** - As datas das reuniões ordinárias do CMI constarão em cronograma anual, aprovado na primeira reunião do ano.

**Parágrafo Segundo** - A elaboração do Plano de Ação do Conselho deverá ocorrer até a segunda reunião do ano.

**Parágrafo Terceiro** - Durante as sessões plenárias é facultado aos presentes o direito da palavra, respeitando-se as normas deste Regimento.

**Artigo 29** - As deliberações dos trabalhos do CMPI sujeitas à votação obedecerão a seguinte ordem:

- I. O Presidente dará palavra ao Relator que apresentará seu parecer por escrito;
- II. Terminada a exposição, os trabalhos serão postos para debates;
- III. Encerrados os debates, far-se-á à votação.

**Parágrafo Primeiro** - O relator será votado entre os conselheiros da reunião.

**Parágrafo Segundo** - O Conselheiro que não julgar suficientemente esclarecido, poderá pedir vista, fora da reunião, do Parecer, sendo prorrogada a data da votação para a próxima reunião.

**Parágrafo Terceiro** - Cada reunião será lavrada em ata e assinada pelo Presidente, pelos Conselheiros presentes e pela Secretária Executiva.

**Artigo 30** - Os conselheiros suplentes deverão comparecer às reuniões ordinárias e extraordinárias.

**Parágrafo Primeiro** - Os conselheiros titulares que não puderem comparecer aos eventos e reuniões do CMPI, têm a obrigação de repassar a convocação ao seu suplente, bem como à Secretária Executiva.

**Artigo 31** - O Conselheiro que faltar sucessivamente e sem justificativa a 03 (três) reuniões consecutivas, perderá o mandato.

**Artigo 32** - O conselheiro presente deverá cumprir integralmente o horário determinado na convocação da reunião, salvo por motivo justificado apresentado ao Presidente da reunião.

**Artigo 33** – Em casos de vacância dos suplentes do poder público estes serão novamente indicados pelos Secretários e nomeados pelo Prefeito Municipal e os suplentes da sociedade civil serão indicados pelo órgão ou entidade dentro do segmento que sua organização representa.

**Artigo 34** - Para melhor desempenho do CMPI, poderão ser convidadas pessoas físicas ou jurídicas com notória qualificação, com o objetivo de prestar assessoramento ao Conselho em assuntos específicos.



## SEÇÃO VII - DA ORDEM DO DIA

**Artigo 35** - A ordem do dia das reuniões ordinárias do CMI se constituirá de:

- I. Verificação do quórum e qualificação dos Conselheiros;
- II. Leitura, aprovação e assinatura da Ata da reunião anterior;
- III. Aprovação da pauta ou eventual alteração pertinente;
- IV. Apresentação, discussão e votação das matérias constantes na pauta;
- V. Informes da mesa diretora;
- VI. Encerramento.

**Parágrafo Único** - As matérias da pauta que não puderem ser apreciados no dia, serão remetidas à reunião subsequente ou será designada uma reunião extraordinária dependendo da urgência do objeto de apreciação.

## CAPÍTULO IV - DOS CONSELHEIROS

### SEÇÃO I - DA VOTAÇÃO

**Artigo 36** - As Deliberações do CMPI serão aprovadas, por maioria absoluta dos votos dos conselheiros presentes, exceto nos casos previstos neste Regimento que requeiram quórum qualificado.

**Parágrafo Único** - Havendo empate caberá ao Presidente o voto de desempate.

**Artigo 37** - O processo de votação será Nominal, os Conselheiros serão chamados a votar pelo Presidente, anotando o Secretário as respostas e passando a lista ao Presidente para a proclamação do resultado.

**Parágrafo Primeiro** - Nenhuma emenda poderá ser apresentada depois de iniciada a votação.

**Artigo 38** - Quando, para apuração dos votos, for indicado quórum específico, este Regimento define que:

- I. Maioria absoluta: metade mais um dos votos: 09 (nove) conselheiros;
- II. 2/3 (dois terços) dos votos: o voto mínimo de 11 conselheiros.

**Parágrafo Primeiro** - Somente terão direito a voto os conselheiros titulares e os suplentes no exercício de titularidade.

**Parágrafo Segundo** - Votações devem ser apuradas pela contagem de votos a favor, contra e das abstenções, mediante manifestação expressa de cada conselheiro.

## SEÇÃO II - DOS IMPEDIMENTOS E DA VACÂNCIA

**Artigo 39** - Estará impedido de exercer o mandato de conselheiro aquele que se desvincular da organização que representa.

**Artigo 40** - Estarão impedidos de servir, concomitantemente, neste Conselho, marido e mulher, ascendente e descendente, parentes colaterais de primeiro grau e afins.

**Artigo 41** - Serão aceitas como justificativas de falta, comprovadas documentalmente:

- I. Afastamento devido à período de férias trabalhistas;
- II. Afastamento devido à licença maternidade/ou paternidade de Conselheiros;
- III. Falecimento de membro da família até terceiro grau;
- IV. Afastamento devido a licença gala;
- V. Tratamento médico;
- VI. Quando o Conselheiro estiver em representação oficial do CMPI, em evento que a data coincida com a reunião plenária ou reunião de Comissão.

**Parágrafo Primeiro:** O conselheiro titular deverá informar à Secretária Executiva quando estiver impossibilitado de participar de sessão plenária.

**Parágrafo Segundo:** O período de 02 (dois) anos será contado a partir da posse do Conselheiro.

## SEÇÃO III - DA SUBSTITUIÇÃO

**Artigo 42** - Os membros titulares e suplentes, da sociedade civil e do poder público, poderão ser substituídos, por motivo de impedimento ou força maior, mediante solicitação oficial, por escrito, à Presidência do CMPI.

**Artigo 43** - Será substituído o conselheiro que:

- I. Desvincular-se do órgão de origem de sua representação temporária ou definitiva;
- II. Apresentar renúncia ao Plenário do Conselho, por escrito, que será lida na sessão seguinte pela Secretária Executiva do Conselho;
- III. Faltar a 03 (três) assembleias consecutivas ou a 05 (cinco) intercaladas, sem justificativa e sem encaminhamento de seu suplente em substituição;
- IV. Forem condenados por sentença irrecorrível, por crime ou contravenção penal; apresentar procedimento incompatível com o exercício das funções.

**Parágrafo Primeiro** - A substituição dar-se-á por deliberação da maioria absoluta dos membros presentes à sessão do Conselho, em procedimento iniciado mediante provocação de integrante do CMPI, do Ministério Público ou de qualquer cidadão, assegurada ampla defesa.

**Parágrafo Segundo** - Toda substituição deverá ser comunicada por escrito ao órgão ou entidade pela Secretária Executiva.



## **SEÇÃO IV - DA EXCLUSÃO DO MANDATO**

**Artigo 44** – Será excluído do Conselho que:

- I. For condenado por decisão transitada em julgado, pela prática de quaisquer infrações;
- II. A critério do CMPI, pela prática de ato que comprometa as suas funções de Conselheiro;
- III. Revelar conduta manifestamente contrária às diretrizes ou finalidades do CMPI.

**Parágrafo Primeiro** – As deliberações, sobre a exclusão dos conselheiros, nas hipóteses dos incisos II e III do art. 41 dependerá de voto de 2/3 (dois terços) dos conselheiros, assegurada ampla defesa e contraditório.

**Artigo 45** – Declarando o desligamento do Conselheiro, o Presidente convocará o respectivo órgão ou entidade a que pertença para notificação.

**Parágrafo Primeiro** - O suplente, enquanto representante da sociedade civil, será convocado para assumir a vaga dentro do segmento que sua organização representa;

**Parágrafo Segundo** - O suplente, enquanto representante do poder público, será convocado para assumir a vaga respeitando-se a indicação anterior, salvo se não existir suplente para substituição, quando haverá nossa indicação pelo respectivo órgão.

## **CAPÍTULO V – DOS CRITÉRIOS PARA O CADASTRAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS**

**Artigo 46** - As organizações não governamentais para se cadastrarem integrar o Conselho, deverão preencher as condições exigidas neste Regimento, incluindo o plano de trabalho da entidade com as pessoas idosas, e apresentar os documentos abaixo especificados:

- I. Ata da Constituição da entidade e/ou organização não governamental;
- II. Ata da eleição e posse da diretoria;
- III. Estatuto;
- IV. Alvará de funcionamento expedido pela Prefeitura do Município;
- V. Documento de inscrição na Receita Federal – CNPJ;
- VI. Matrícula no INSS e certidão negativa de débito;
- VII. Certidão de utilidade pública municipal para as entidades beneficentes e/ou filantrópicas;

**Parágrafo Primeiro:** Os documentos constantes dos item I, II, III, deverão estar registrados em cartórios de títulos e documentos.

**Parágrafo Segundo:** Será concedido um prazo de 120 (cento e vinte) dias para as organizações não governamentais regularizarem a sua documentação.

## CAPÍTULO VI – DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

**Artigo 47** – O Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – FMDPI, instrumento de captação, repasse e aplicação de recursos destinados a proporcionar suporte financeiro na implantação, na manutenção e no desenvolvimento de projetos, programas e ações dirigidas ao idoso no Município de Pilar do Sul/SP obedecerá as seguintes normas:

- I. O FMDPI será vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Integração Social;
- II. Os recursos destinados ao FMDPI serão depositados em instituições financeiras em conta especial sob a denominação “Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa”;
- III. A destinação dos recursos financeiros do FMDPI serão liberados para atender a realização de projetos, programas e atividades, aprovadas de acordo com as prioridades estabelecidas pelo Conselho.

**Artigo 48** – Constituem fontes de recursos do FMDPI:

- I. As transferências do Município;
- II. As transferências da União, do Estado, de seus órgãos e suas respectivas autarquias, fundações, fundos, empresas públicas e sociedades de economia mista;
- III. As receitas de doações, legados, contribuições em dinheiro, valores, bens móveis e imóveis que venha a receber de pessoas físicas ou jurídicas ou de organismos públicos ou privados, nacionais ou internacionais;
- IV. As demais receitas destinadas ao FMDPI;

**Artigo 49** – O FMDPI não manterá pessoal técnico-administrativo próprio, que na medida da necessidade será fornecido pelo Poder Público Municipal.

## CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Artigo 50** – O presente Regimento Interno poderá ser alterado no todo ou em parte, mediante aprovação da maioria absoluta dos membros do CMPI, em reunião plenária convocada especialmente para esse fim.

**Artigo 51** – Todos os Conselheiros tem livre acesso a documentação do CMPI, mediante solicitação por escrito ao Presidente do Conselho, observado o sigilo legal.

**Parágrafo Único** - Qualquer outro interessado, não relacionado neste artigo, deverá solicitar, por escrito, justificando o pedido e endereçado ao Presidente, requerimento protocolado, cabendo a este deferir ou não o pedido, e se deferido comunicar no prazo máximo de 05 (cinco) dias.

**Artigo 52** – Fica expressamente proibida a manifestação político-partidária e religiosa nas atividades do Conselho.



**Artigo 53** – O Conselho acompanhará todos os assuntos do seu interesse nos planos municipal, estadual, nacional e internacional, realizando estudos, debates e propondo ações.

**Artigo 54** – Registrando dúvidas de interpretação ou constando-se lacuna neste Regimento Interno, o plenário deverá decidir a respeito.

**Artigo 55** - Os integrantes da sociedade civil organizada, atuantes no campo da promoção e defesa dos direitos da pessoa idosa serão escolhidos em fórum especialmente realizado para este fim, a ser realizado no prazo de trinta dias após a publicação do edital, cabendo as convocações seguintes à Presidência do Conselho.

**Artigo 56** - Cumpre à Secretaria de Gestão Social providenciar a alocação de recursos humanos, materiais e financeiros necessários à instalação e funcionamento do CMPI, proporcionando o apoio técnico-administrativo necessário ao funcionamento deste Conselho.

**Artigo 57** - Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação de presente Regimento Interno serão registrados em ata, passando a constituir precedentes que deverão ser observados; e, após resolvidos por deliberação do Conselho.

**Artigo 58** – No final de cada mandato, no mês de dezembro, o CMPI se reunirá para a aprovação do Relatório de Atividades Desenvolvidas no mandato.

**Artigo 59** - O presente Regimento Interno entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pilar do Sul, 19 de Agosto de 2019



Erica Solange Rodrigues Ruzzene  
**Presidente do CMPI (mandato 2018/2019)**